



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004022-45.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel**  
Exequente: **Maria Helena Baldan Escovar**  
Executado: **OSVALDO DO SACRAMENTO LIMA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter locado imóvel ao réu em 25/07/2012.

Alegou ainda que o réu desocupou o imóvel em 17/01/2017 sem pagar diversos alugueis e provocando inúmeros danos no local.

Almeja à condenação do réu ao pagamento de quantia relativa aos alugueis não quitados, à multa contratual e ao necessário para a reparação do imóvel.

O réu em contestação limitou-se a esclarecer que não concordava com o valor propugnado pela autora, além de consignar que não tinha proposta a formular.

Ademais, instado a manifestar interesse em produzir novas provas (fl. 41), não o fez (fl. 47).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Quanto aos alugueis não saldados pelo réu e à incidência de multa pelo descumprimento do contrato, não há dúvidas de sua pertinência.

O réu não refutou tais fundamentos e tampouco ofereceu contrariedade objetiva a seu propósito.

O pleito inicial aqui prospera, portanto.

Solução diversa aplica-se aos valores decorrentes da reparação do imóvel.

A petição inicial não foi instruída com nenhum indício sequer que conferisse verossimilhança ao pedido no importe de R\$ 2.600,00, não se sabendo com a autora chegou a ele.

Foi-lhe determinado então que trouxesse a respectiva comprovação (fl. 52), o que se renovou com a advertência de que no silêncio tal ressarcimento seria rejeitado por falta de lastro a sustentá-lo (fl. 52).

A autora, porém, permaneceu inerte (fls. 51 e 55).

A consequência que daí deriva é a de que a postulação no particular não vinga.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 2.160,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**